
**A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL:
A LEITURA DE ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA**

**THE AGRARIAN ISSUE IN BRAZIL:
A READING FROM ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA**

**LA CUESTION AGRARIA EM BRASIL:
LA LECTURA DE ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA**

Rodolfo A. M. Pelegrin¹ <https://orcid.org/0000-0002-6419-3791>

¹ Mestre em Geografia - IPPRI-Unesp, doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE-Unicamp) e Professor de Geografia na Prefeitura do Município de São Paulo. E-mail: rodolfo.pelegrin@gmail.com

RESUMO

Este artigo traz o depoimento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Professor Sênior da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para episódio da websérie Leituras Brasileiras. Dentro da proposta da série, o professor apresenta uma síntese introdutória de seu pensamento, resultando em um vídeo de cerca de 22 minutos. O depoimento traz quatro blocos principais: primeiro, uma apresentação dos fundamentos teóricos que embasam o pensamento do professor que, em seguida, expõe sua abordagem acerca do campesinato no Brasil. A seguir, faz uma breve discussão sobre os conflitos de terra no Brasil, e encerra sua fala com o tema da propriedade da terra no Brasil.

Palavras-chave: Geografia. Questão agrária. Campesinato

ABSTRACT

This article brings the transcription of the statement of Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Senior Professor at the Faculty of Philosophy, Literature and Human Sciences of the University of São Paulo, for an episode of the webseries Leituras Brasileiras. As part of the series' proposal, the professor presents an introductory synthesis of his thoughts, resulting in a 22-minute video. The statement has four main blocks: first, a presentation of the theoretical foundations on which the professor's thought is based, and then a presentation of his approach to the peasantry in Brazil. Next, he makes a brief discussion about land conflicts in Brazil and ends his speech with the theme of land property in Brazil.

Keywords: Geography. Agrarian issue. Peasantry



RESUMEN

Este artículo trae la transcripción de la declaración de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, profesor titular de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, para un episodio de la websérie Leituras Brasileiras. Dentro de la propuesta de la serie, el profesor presenta una síntesis introductoria de sus reflexiones, que da lugar a un vídeo de 22 minutos. La exposición tiene cuatro bloques principales: en primer lugar, una presentación de los fundamentos teóricos que sustentan el pensamiento del profesor, que luego explica su enfoque del campesinado en Brasil. A continuación, hace una breve discusión sobre los conflictos de la tierra en Brasil, y termina su discurso con el tema de la propiedad de la tierra en Brasil.

Palabras clave: Geografía. Cuestion agraria. Campesinato

INTRODUÇÃO

Figura 1. Ariovaldo Umbelino de Oliveira



Fonte: arquivo do autor

O depoimento a seguir condensa o pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Professor Sênior da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e grande referência na Geografia Agrária do Brasil, em apresentação para a websérie Leituras Brasileiras, esta de acesso gratuito no canal <https://www.youtube.com/LeiturasBrasileiras>.

Ariovaldo é um dos principais geógrafos dedicados à questão agrária no Brasil, e autor de diversas obras fundamentais ao estudo do tema no Brasil, como “Agricultura Camponesa no Brasil”, “A mundialização da agricultura brasileira” e “A grilagem de terras na formação territorial brasileira”. Pesquisador rigoroso e prolífico, começou sua trajetória na Geografia – USP ainda na década de 1960, e tornou-se referência indispensável aos geógrafos em qualquer nível de formação.

A série Leituras Brasileiras (fonte do material aqui exposto) reúne intelectuais de diversas áreas, propondo a eles que apresentem uma síntese de seu pensamento, para uma edição final em vídeo de aproximadamente 20 minutos. O conteúdo dos depoimentos não é orientado na forma de entrevista, sendo o próprio intelectual quem elege aquilo que considera de mais importante para ser apresentado acerca de seu trabalho, de sua experiência.

O resultado final é uma síntese introdutória ao seu pensamento, em vídeo, visualmente complementada pelas referências que suportam o discurso, disponível e com livre acesso em plataforma digital. Tais referências são elencadas ao final deste texto, na seção “Bibliografia indicada”.

Deve-se observar que, no momento da gravação, os depoimentos extrapolam a duração do vídeo final, sendo necessário editar o material. Com isto, o produto disponibilizado não corresponde à fala integral do convidado, mas uma versão ajustada aos parâmetros do projeto. A transcrição aqui apresentada corresponde a esta versão editada, com duração total de 21min43s.

Leituras Brasileiras é um projeto de Rodolfo A. M. Pelegrin e Panama filmes, e este episódio teve como equipe de produção Rodolfo A. M. Pelegrin, Filipe Cardoso Franco, Caio Moretto Mazzilli e Thany Sanches. O episódio foi gravado em 26 de setembro de 2019, e lançado em 23 de junho de 2022.

A estrutura do presente texto, exposto a partir da seção “Abertura”, segue a ordem em que Ariovaldo expõe suas ideias: uma abertura, onde expõe sua visão do modo capitalista de produção entendido em sua fase monopolista e mundializada; seu conceito acerca dos grupos que compõem o campesinato no Brasil contemporâneo, bem como sua história; suas observações sobre os conflitos de terra, especialmente no século XXI; e sua abordagem sobre a formação da propriedade privada da terra no Brasil, apontando a grilagem como fundamento (ilegal) desta mesma propriedade.

ABERTURA

Vou falar fundamentalmente sobre a questão agrária no Brasil, porque a questão agrária envolve uma série de problemas teóricos e metódicos que interessam à compreensão do papel que o campo tem no caso brasileiro.

Vou me valer de alguns fundamentos teóricos. O primeiro envolve como eu entendo o desenvolvimento do modo de produção capitalista¹: entendo como o modo na sua fase monopolista, mundializado, e entendo que seu desenvolvimento é desigual e contraditório. Também tenho como pressuposto o fato do território capitalista estar em disputa, e essa disputa revela a luta pelo território dos indígenas e dos afrodescendentes quilombolas, a luta dos camponeses, e a apropriação privada da terra pelos capitalistas². Esses quatro grupos vão estar questionando a propriedade da terra que no Brasil, é preciso ser dito, diferente dos Estados Unidos, em que a posse é fundamento para se obter o domínio da terra, no Brasil não. Isso significa dizer que o cidadão pode ser um posseiro por 100, 200 anos, e não adquire automaticamente, não tem o direito sobre aquela terra. Se tiver um capitalista que tenha a propriedade, pagou os direitos que essa propriedade impunha, e mesmo nunca tendo pisado naquela terra, a terra é dele. E esse mecanismo é fundamental para se entender a luta que se trava pela terra no Brasil.

O outro pressuposto é de que a terra é uma mercadoria, mas é uma mercadoria especial, porque ninguém produziu a terra. Então ela tem um preço, mas ela não tem valor. Isso significa dizer que eu não posso utilizar as categorias que são empregadas para analisar o modo capitalista de produção para analisar a terra. Então a terra tem um papel todo particular na formação da sociedade brasileira.

Também tenho como pressuposto teórico que a apropriação privada capitalista da terra no Brasil se faz fundamentalmente através da grilagem. Então levo em conta que a propriedade da terra no Brasil não tem fundamento, ela pode ser questionada, na hora que quiser, pelos órgãos competentes do país. Isto quer dizer que, da maior parte dos que obtiveram escritura pública, muitas dessas escrituras são falsas.

O CAMPESINATO NO BRASIL

A primeira questão envolve o campesinato. O campesinato tem existência no Brasil. Se a gente tomar os censos que são feitos no Brasil de dez em dez anos, se você verificar o que

¹ Ver Oliveira, A. U. Modo capitalista de produção e agricultura.

² Ver Oliveira, A. U. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta pelo campo: a barbárie continua.

acontece com a população rural, ela cresce até um certo ponto, até 1980, e depois ela começa a cair. Você tem também um aumento progressivo dos pequenos estabelecimentos, um aumento dos médios estabelecimentos, e um aumento dos grandes. E, no entanto, no Brasil fala-se muito que o campesinato vai desaparecer. Mas ele continua aumentando, a verdade é essa.

E quem são os camponeses no Brasil? São os assentados, sem-terra, posseiros, parceiros, rendeiros, colonos, pequenos agricultores, faxinalenses, caipiras, caiçaras, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, castanheiros, pescadores e retireiros do Araguaia, e etc. Quer dizer, há um número muito grande, porque no Brasil, em função de problemas que os camponeses tiveram na história, eles não puderam se afirmar como tal. Então eles aparecem com esses nomes todos que citei anteriormente.

Esse campesinato foi se fazendo no Brasil. Ele se fez com conflitos: Canudos, Contestado são duas marcas de envolvimento dos militares, que foram verdadeiras guerras contra o campesinato, em que os camponeses ganharam as primeiras batalhas nos dois conflitos. E isso gerou no meio militar uma posição de ojeriza com relação ao termo camponês. Essa é uma das razões por que não se usa o termo camponês no Brasil. No Brasil e nos Estados Unidos os camponeses passaram a ser chamados de agricultores familiares.

Então a primeira tese que vamos expor aqui é da existência social do campesinato na sociedade brasileira e sua reprodução social. O campesinato e o latifundiário devem ser entendidos como realidades de dentro do capitalismo, e não de fora, como defendem outras correntes. Portanto, parto do pressuposto do campesinato como classe social da sociedade capitalista. Vejo as classes sociais do capitalismo como, por exemplo, sigo o pensamento de José de Souza Martins³, que diz que há quatro classes: burguesia, proletariado, os latifundiários e os camponeses, já que latifundiários e camponeses, ambos proprietários de terra, têm visões diferentes. Os camponeses têm a terra para trabalhar, para ser objeto do trabalho deles, e os latifundiários têm a terra privada para introduzir o assalariamento no campo.

O IBGE fez, para o Censo [agropecuário] de 2006⁴, um estudo em que ele mostra, separa a agricultura familiar da agricultura não-familiar. Eles fizeram uns cálculos em que a maior parte dos membros que estão nessa pesquisa podem ser considerados camponeses. Então eles dizem que os camponeses têm 84,4% em termos de número de estabelecimentos, os não-familiares têm 15,6%, e, em termos de área, é o contrário: esses que não são familiares que são detém 75% das terras, enquanto que os que eu considero camponeses detém 24% das

³ Ver Martins, J. S. Os camponeses e a política no Brasil.

⁴ Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE podem ser acessados pelo SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), no link <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>.

terras. Esses que eu considero camponeses participam do conjunto da produção total da agricultura com 38% e os capitalistas com 62% do volume total da agricultura brasileira.

POR UMA TEORIA DO CONFLITO

Do ponto de vista geral, a gente poderia falar um pouco, agora, por uma teoria do conflito, que tenderia a tratar da situação atual da luta social no campo brasileiro⁵. Utilizando os dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra)⁶, que levanta todo ano os dados dos conflitos de terra, nós vamos ter desde 1985, uma curva que vai ter um aumento expressivo em 2003. Em 2003, 2004 e 2005, ela apresenta um pico de conflitos no campo, e coincide exatamente com o período em que o presidente da república era o Lula. Depois de crescer três anos seguidos, ela entra em descendência, e vai cair até 2008, que é o último ano de queda. De 2009 em diante, ela marca uma subida novamente, em função dos conflitos de terra. Por exemplo, os assassinatos, nós vamos ver que vai acontecer a mesma coisa, vão cair até 2008, e depois começa a subir, aumentar a ponto de em 2017 terem sido assassinado 70 trabalhadores.

O sujeito que está mais em voga é a posição do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Brasil). O MST comandou os conflitos do campo até 2007. Em 2007, no congresso, realizado em Brasília, ele decide que não vai fazer da ocupação de terra o objeto principal da sua luta. Mas tem ainda setores do MST em alguns estados brasileiros que continuam fazendo ocupação de terra e tudo mais. Mas vem caindo, todo ano, a participação dos movimentos comandados pelo MST nos dados gerais, ao contrário dos camponeses posseiros, que continuam crescendo, aumentando, os povos quilombolas continuam aumentando, e os povos indígenas continuam aumentando o envolvimento em conflitos. Então, os sem-terra, eles têm um aumento também, mas não será pelo MST, mas por outros movimentos existentes no campo brasileiro.

A PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

Restaria falar de uma outra questão que envolve a formação da propriedade capitalista da terra no Brasil⁷. Ela segue dois caminhos: primeiro, o descumprimento da legislação e a grilagem das terras públicas.

⁵ Ver Oliveira, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.

⁶ Os relatórios sobre os conflitos no campo elaborados pela CPT estão disponíveis em <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>.

⁷ Ver Oliveira, A. U. Violência e Barbárie: a grilagem de terra no Brasil e Martins, J. S. O cativo da Terra.

A ilegalidade da terra existe desde 1500. Em 1500 tem o primeiro registro de burla da legislação colonial portuguesa, em que cada pessoa – cada pessoa de “sangue azul” – poderia receber uma sesmaria, e o governador geral do Brasil tinha uma e consegue a segunda. Essa segunda ele nunca conseguiu regularizar, porque o processo ia para Portugal e os portugueses não entendiam. Há muitos chamados da Coroa portuguesa aos governantes que estavam aqui no Brasil dizendo que tem muita irregularidade no regime de concessão de sesmarias. Por isso que as sesmarias que serão validadas, serão em números pequenos, as que obtiveram registro e tudo mais.

Mas a lei de terras garantiu o direito à legalidade de todas [*as sesmarias*] com a área que tivesse, também as posses. De 1822 a 1850, você tem um período do regime livre das posses. É o período em que todo brasileiro podia apossar de um pedaço de terra e reivindicar o direito pela lei de terras. Mas aí entrou um problema de que uma ala dos juristas aceitava essa tese, e outra ala não aceitava os termos da lei de terras. Então, ficaram brigando até 1930, quando Getúlio faz um decreto, que a partir daí está sacramentada a questão de terra: só é considerada propriedade aquelas que têm título lavrado em cartório de registro de imóveis. Então, se tem a transcrição, tudo bem, se não tem... aí começa a confusão.

E é fundamental dizer o seguinte: a propriedade da terra pública, para passar para o privado, tem que ter um ato do governo que passa aquela propriedade para o privado. Você pega a maioria dos registros imobiliários brasileiros, eles terminam numa propriedade em que ele tem a posse, mas a posse proibida. Então, é por isso que eu digo que a maior parte da legislação brasileira foi feita sempre para resguardar o passado. A lei de terras foi feita para resguardar o período anterior, depois proíbe a posse, as constituições estaduais fazem o mesmo procedimento até 1930. De 1930 em diante, para o cidadão ter uma propriedade, ele tem que obedecer aos critérios legais, e é isso que não se consegue obter.

O outro ponto refere-se à questão da regularização da posse e a questão do usucapião. O usucapião, no Brasil, só tem sentido se realizado em terras que são propriedade privada. Mas no Brasil tem sentenças de juízes que dão usucapião em terra pública, sabendo que tem legislação contrária a essa possibilidade de concessão. Então isso fez com que, por exemplo, em 2001, teve um relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação das terras públicas na região amazônica. Eu destaquei um trecho desse relatório que diz o seguinte: “chegando ao cúmulo dos casos de duas áreas registradas no cartório de Canutama, no Amazonas, a Fazenda Eldorado e a Fazenda Santa Maria, com uma área de 1

bilhão e 500 milhões de hectares, e outra, a Fazenda Boca do Pamafari, com uma área de 12 bilhões de hectares⁸.

Claro, não tem sentido. O Brasil tem 850 milhões de hectares. E essas duas escrituras tinham muito mais que vários brasis. Então é isso. Os proprietários e os donos de cartórios não tinham sequer o cuidado de verificar a base legal que envolvia a propriedade da terra no Brasil.

É importante falar ainda da legislação, de como o Brasil vê hoje, o que a constituição de 1988 diz em respeito à terra. Ela diz que a terra tem que cumprir a função social, ou seja, não existe mais o direito pleno que já existiu no Brasil. A legislação sobre a propriedade da terra presente na constituição de 1824 e de 1891 previam a propriedade como plena. Mas de 1934, 1937, isso cai, quando o Estado reconheceu o direito de posse. E esses direitos todos são produto da luta dos camponeses.

Um grande proprietário, o médio ou grande proprietário, que são os proprietários capitalistas, eles vão pelo caminho mais prático. Eles têm a terra, eles fazem o mecanismo da grilagem – da grilagem legalizada, não é? Você vai ver a maior parte das propriedades da terra no Brasil têm escritura, tudo direitinho, lavrada em cartório, registrada no registro de imóveis... tudo direitinho. Mas na hora em que você pede no cartório uma cadeia dominial desta propriedade, que o cartório tem que te dar a propriedade atual e todas as que antecederam, até o primeiro que fez o registro da terra, esse primeiro tinha que ter um documento do Estado passando para ele. E não tem. O que que significa dizer que o registro de propriedade da terra no Brasil é uma história de ficção.

LEITURA INDICADA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos do campo no Brasil**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> . Acesso em: 24 out. 2022.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados** [online]. 2001, v. 15, n. 43.

⁸ Ver Oliveira, A. U. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Violência e barbárie: a grilagem de terra no Brasil. Em: **Conflitos no Campo Brasil 2005**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. **Conflitos no Campo Brasil 2015**, p. 28-42, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>>. Acesso em: 24 out. 2022.

Artigo recebido em: 09 de setembro de 2022.

Artigo aceito em: 24 de outubro de 2022.

Artigo publicado em: 31 de outubro de 2022.